

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 97.728 - MG (2018/0100582-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : GEOVANE FILIPE MOREIRA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por GEOVANE FILIPE MOREIRA DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos ter sido o recorrente preso em flagrante, custódia essa convertida em preventiva, pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a liberdade do ora recorrente, a ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 54):

HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - IMPOSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DO ART. 312 DO CPP - ORDEM DENEGADA.

Estando a decisão devidamente fundamentada, e demonstrando presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, não há que se falar em reforma, vez que a prisão cautelar foi realizada nos termos dos artigos 312 do Código de Processo Penal.

Não há ilegalidade na decretação da prisão preventiva quando demonstrado, com base na gravidade concreta da conduta criminosa, que a segregação é necessária para acautelar a ordem pública.

Neste recurso, sustenta a defesa inexistir motivação idônea para a segregação antecipada, visto que não apontada, concretamente, a presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, asseverando a suficiência da imposição de medidas cautelares alternativas.

Aduz a desproporcionalidade da custódia preventiva ante a possibilidade, em caso de eventual condenação, de fixação de regime prisional diverso do fechado.

Busca, liminarmente, possa o recorrente aguardar em liberdade o

julgamento definitivo deste recurso.

No mérito, pugna seja revogada a custódia cautelar do recorrente.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 81/82).

Informações prestadas (e-STJ fls. 86/88 e 93/98).

Parecer ministerial pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 100/103).

Informações atualizadas prestadas (e-STJ fls. 110/126).

É, em síntese, o relatório.

Consoante informações prestadas pelo Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Contagem/MG, o ora recorrente foi sentenciado em 9/1/2019 ao cumprimento da pena de 5 anos e 13 dias de reclusão, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 66 dias-multa, como incurso no art. 157, § 2º, II, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, e 244-B do ECA, tudo na forma do art. 69, observadas as atenuantes previstas no art. 65, I e III, "d", do Código Penal.

Fica, portanto, sem objeto o pedido contido neste recurso, em que a defesa insurgia-se contra a conversão do flagrante em prisão preventiva, à vista da superveniência de novo título a embasar a custódia, não submetido a pronunciamento do Tribunal de origem.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator